

A Integração Económica na Região Ásia-Pacífico: Posicionamento e Desafios para Macau

Chua Yee Hong*

I. Prefácio

Em termos conceituais, a integração económica regional distingue-se em dois níveis: o nível da realidade e o do direito, referindo-se o primeiro à integração dos mercados (comércio de bens e serviços, bem como a circulação de capitais e trabalhadores), ou seja, à regionalização, enquanto o último se refere à harmonização de políticas, cooperação institucional, até à assinatura de acordos inter-governamentais, isto é, ao regionalismo. Por outras palavras, o processo de integração económica regional pode ser motivado por força do mercado ou induzido por políticas (*policy-induced*) ou conduzido por políticas.¹ O procedimento da regionalização económica pode ser faseado em função de região de comércio livre, união aduaneira, mercado comum e integração monetária, sendo este procedimento directamente relacionado com a estrutura económica interna e as externalidades económicas da respectiva economia regional.

Com a assinatura de pactos bilaterais, tais como acordos de comércio livre e acordos de parceria económica, os seus impactos relativos às actividades de produção e comércio nas indústrias internacionais serão cada vez mais profundos, o que condiciona também a circulação de elementos de competição industrial, como a técnica e os quadros qualificados. Os respectivos investimentos directos estrangeiros que gozam de *tratamento nacional* com a integração económica regional, produzem natural e evidentemente efeitos de exclusão em relação ao comércio e ao investimento dos países das demais regiões, pondo em causa a *redistribuição* internacional dos recursos, alterando o sistema industrial internacional relativo à divisão de trabalho e ao fluxo do comércio internacional. Na análise do de-

* Candidato de doutoramento da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Macau.

¹ Frost, Ellen L, *Asia's New Regionalism*, London: Lynne Rienner Publishers, 2008, pp14-15.

envolvimento económico dos países emergentes da região Ásia-Pacífico, a *teoria dos gansos voadores* (*flying geese theory*) é o reconhecido modelo do desenvolvimento económico. Teoria fundada nas vantagens comparativas dinâmicas, dedica-se à investigação da transferência industrial entre os países, decorrente dos investimentos directos e da circulação consequente dos demais elementos de produção, tais como capitais, técnica e quadros qualificados.

A integração económica da região Ásia-Pacífico tem desenvolvido de modo contínuo, com a Zona de Comércio Livre da *Associação das Nações do Sudeste Asiático* (ASEAN Free Trade Area – AFTA), ASEAN mais Três (ASEAN Plus Three, APT), *Parceria Trans-Pacífico* (*Trans-Pacific Partnerships*, TPP) e *Acordo de Parceria Económica Abrangente Regional* (*Regional Comprehensive Economic Partnership*, RCEP). Assim, o processo de integração económica da região Ásia-Pacífico está em andamento, sendo intensificado com a cooperações nos âmbito do comércio regional, com a *integração dos mercados* e a troca de moedas (*currency swap*), e fortalecido cabalmente o desenvolvimento económico e comercial da região, bem como com a resiliência aos riscos económicos fora da região.

A crise financeira asiática de 1997 e o *tsunami* financeiro global de 2008 contrifuram para criar uma nova corrente de integração económica. Porém, as economias emergentes sofreram gravemente nestas crises. Exactamente nestas ocasiões, as soluções para enfrentar as crises económicas apelam um avanço no caminho da integração regional. Nesta nova onda de integração regional, o seu âmbito jamais se limita à economia e ao comércio, mas é alargado ao campo do mercado financeiro regional. A República Popular da China desempenha um papel primordial e essencial nestes movimentos de integração económica regional. Nesta nova corrente de integração regional, Macau enfrentará desafios e oportunidades. Como pode adoptar um novo posicionamento económico adequado à sua realidade ?

II. Tendência da integração económica da região Ásia-Pacífico: Posicionamento económico de Macau na região

Nas primeiras correntes da integração económica regional, Hong Kong e Singapura envidaram esforços em desenvolver o *sector de serviços*

e os seus centros financeiros regionais, enquanto Taiwan e Coreia do Sul exploraram as indústrias de investigação tecnológica e as para substituir as de exportação. Estas quatro economias e modos de desenvolvimento ultrapassaram as pressões e desafios inerentes à integração regional, conservando os seus resultados económicos conseguidos. A razão de ser do sucesso dessas economias consistiu no pleno conhecimento da conjuntura do desenvolvimento regional e do posicionamento do desenvolvimento da própria economia, bem como em investir e criar condições necessárias para a integração regional. Como os governos das respectivas economias sabiam muito bem as limitações do próprio desenvolvimento (tais como matérias primas, força de trabalho, técnica e mercado), eles aproveitaram os efeitos da integração regional para promover o desenvolvimento das suas indústrias e a sua competitividade económica. Em relação a Macau, a Administração Portuguesa então no poder, perdeu as oportunidades de Macau em matéria da integração regional. Segundo a nossa investigação, as razões consistiam em “questões inerentes à transição da soberania” e à “atitude passiva no desenvolvimento da economia”. Como a Administração Portuguesa de então estava ocupada no tratamento das “questões relativas à transição da soberania”, a maior parte dos seus esforços foi envidada no solucionamento dos assuntos internos de Macau, enquanto a conjuntura económica da integração regional em curso era menosprezado pela Administração Portuguesa que tinha uma atitude passiva.

A partir dos finais da década 90 do século transacto, do regionalismo e da evolução do processo de integração económica na região da Ásia Oriental decorreu um novo ambiente ao nível da estratégia económica. De momento deixamos de fazer uma análise relativa às necessidades da integração regional (estratégia nacional ao nível político ou estratégia de mercado ao nível económico) na região Ásia-Pacífico com base em potências ou economias médias. Macau, enquanto um pequeno elemento ou uma mini-economia da região Ásia-Pacífico, tem mantido ao longo do tempo um certo relacionamento com os restantes elementos da região no campo económico-social. Quais são os impactos de que Macau sofre no contexto do aprofundamento da integração económica e neo-regionalismo que tem modificado o ambiente ao nível da estratégia económica para com o exterior? Julgamos que é necessário estudar de modo sério os efeitos reais da integração económica na região Ásia-Pacífico para Macau. Na conjuntura internacional de globalização e regionalização, Macau não tem muitas estratégias em alternativa para responder. Qual a atitude ou reacção que Macau deve adoptar para responder à evolução da integração regional?

Baldwin usa o termo “fábrica asiática” ou fábrica mundial para descrever a expansão comercial motivada pelo mercado ao longo do tempo e o facto de os investimentos directos estrangeiros terem transformado a Ásia num centro mundial de produção dotado de capacidade técnica aprofundada e diversificada.² As empresas asiáticas adquirem, mediante estratégias de inovação e aprendizagem, capacidades técnicas de que os fornecedores de sociedades comerciais internacionais precisam.³ Para os membros de uma organização regional, a integração económica reduz as barreiras comerciais interregionais, avolumando as oportunidades de comércio e exercendo influências porém, na estrutura do comércio e da especialização de entre os mesmos membros, ou seja, na especialização e competitividade das suas indústrias. A integração económica pode elevar o efeito de complementaridade comercial, por um lado, e pode contribuir para aumentar a eficácia económica na divisão do trabalho decorrente da especialização no seio das indústrias. A adesão ao processo de integração económica regional e a assinatura do acordo multilateral de comércio livre, para além de poder reduzir as barreiras comerciais e de ser favorável ao alargamento do mercado de exportação, é um dos instrumentos mais eficazes para a internacionalização das indústrias de exportação. Por outro lado, a redução de barreiras para os investimentos ultramarinos no sentido de atrair a entrada de mais investimentos directos estrangeiros e de reforçar a transferência de tecnologia são consequências positivas previsíveis resultantes da integração económica. Assim, as empresas podem construir as suas redes de produção à custa dos investimentos estrangeiros, com vista a aumentar os efeitos decorrentes da integração e criar uma economia de escala, o que é favorável à exploração das empresas e ao crescimento económico. Em contrapartida, os problemas derivados, tais como a concorrência no mercado entre os países e a protecção das indústrias em decadência evitando a sua eliminação, são considerados efeitos negativos da integração económica regional.

No que diz respeito à integração económica na região Ásia-Pacífico, a Zona de Comércio Livre da *Associação das Nações do Sudeste Asiático*, criada em 1992, tem elevado os seus privilégios na concorrência, tornando-se numa base de produção para o mercado mundial. Facto que

² Baldwin, Richard, “*Multilateralising Regionalism: Spaghetti bowls as building blocs on the path to global free trade.*” *The World Economy*, 29, 11, 2006, pp1451-1518.

³ Hobday 1995, Mathews and Cho 2000, Wignaraja 2008.

apela à liberalização do comércio na região, dotando a indústria de manufactura da ASEAN de maior eficiência e competitividade ao nível do mercado mundial. Com vista a promover a transparência e a liberalização do investimento entre os membros da região, aos investidores dos países membros da ASEAN é reconhecido o tratamento nacional, sendo todas as indústrias abertas aos mesmos e às políticas que se aplicarão a todos os investidores a partir do ano de 2020. Ao mesmo tempo, a união promove a livre circulação de capitais, quadros técnicos e tecnologia. Por iniciativa de Singapura e da Malásia, a união passou a ter um modo de funcionamento melhor organizado, enquanto o âmbito da cooperação económica no seio dos países membros está a alargar-se.

A Zona de Comércio Livre ASEAN-China (*ASEAN-China Free Trade Area*, ACFTA) tem uma população de 1,9 biliões, um produto nacional bruto de cerca de 6 000 biliões de dólares dos EUA (USD), um valor de comércio de cerca de 4,5 mil biliões USD que é apenas inferior ao mercado único da União Europeia e à *Zona de Comércio Livre Norte-Americana*. Com o funcionamento em pleno da Zona de Comércio Livre ASEAN-China em 2010, a liberalização da Zona de Comércio Livre da *Associação das Nações do Sudeste Asiático* tem acelerado e a subsequente redistribuição no mercado internacional e os efeitos de exclusão começaram a surgir. Segundo estatísticas do Serviço Geral de Alfândegas da República Popular da China, publicadas em 2012, o valor do comércio bilateral entre, a ASEAN, composta por dez países membros e peka RPC, totaliza 362,854 biliões USD. Assim, a ASEAN passou a ser o terceiro maior parceiro do Interior da China, sendo os primeiros dois parceiros a União Europeia e os Estados Unidos de América.

A TPP é um acordo multilateral de comércio livre energicamente promovido pelos Estados Unidos de América que enfatiza a parceira pan-pacífica e tem em vista a promoção da liberalização do comércio na região Ásia-Pacífico. O seu objectivo final é a eliminação de direitos aduaneiros no comércio no seio da região até 2015. O antecessor do TPP era um acordo económico-comercial denominado “*Parceria Trans-Pacífico*” proposto em 28 de Maio de 2005 por iniciativa de quatro países (a saber: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura) e foi assinado e entrou em vigor posteriormente, tendo como teor essencial a concessão de reciprocidade e estreitamento de relações cooperativas nos âmbitos do comércio de bens e serviços, propriedade intelectual e investimento. E a *Parceria Trans-Pacífico*, por sua vez, pede a eliminação de todos os direitos

aduaneiros, sendo assim o seu âmbito mais abrangente do que um acordo de comércio livre e o grau de liberalização maior. Além da destruição das barreiras aduaneiras, as suas disposições abarcarão a livre circulação de pessoas e capitais, a protecção da propriedade intelectual e o aperfeiçoamento das condições ambientais. De entre os P4⁴ onde a *Parceria Trans-Pacífico* é posta em vigor, os direitos aduaneiros de 80% de mercadorias foram revogados, sendo os das remanescentes a eliminar até ao 10.º ano a contar da entrada em vigor do acordo. O alvo da *Parceria Trans-Pacífico* é a criação de uma zona de comércio livre, zona que é aberta aos membros ou não membros da Cooperação Económica da Ásia-Pacífico (*APEC*). Até ao presente, oito países – a saber, Estados Unidos de América, Austrália, Peru, Vietname, Malásia, México, Canadá e Japão – concordaram em participar em negociações para a adesão à *Parceria Trans-Pacífico*. Assim, a *Parceria Trans-Pacífico* será uma zona de comércio livre constituída por doze países da região Ásia-Pacífico. Segundo estimativas preliminares, na altura em que for constituída a *Parceria Trans-Pacífico*, o seu produto interno bruto será de 26 600 biliões USD, representando 38,19% do total mundial, sendo assim a maior potência de integração regional até ao momento. Além disso, Coreia do Sul, Filipinas, Laos, Colómbia, Costa Rica, Tailândia e Taiwan manifestaram sucessivamente a sua vontade em adesão à *Parceria Trans-Pacífico*.

O *Acordo de Parceria Económica Abrangente Regional* é, por sua vez, da iniciativa da ASEAN composto por 10 membros, sendo convidados a República Popular da China, o Japão, a Coreia do Sul, a Austrália, a Nova Zelândia e a Índia, para organizar os “10 + 6”, tendo como objectivo a assinatura de um acordo de comércio livre que cria um mercado comum mediante a redução de *barreiras tarifárias* ou não. As negociações sobre o comércio livre no âmbito do *Acordo de Parceria Económica Abrangente Regional* começaram em 2013, estando prevista a sua conclusão em 2015. No âmbito do *Acordo de Parceria Económica Abrangente*, é previsto um mercado que cobre toda a população do mundo que totaliza 3,5 biliões, sendo o produto interno bruto de 23 000 biliões USD que representa um terço do produto interno bruto anual do Mundo. Assim, a sua dimensão e produto ultrapassarão os da *Zona de Comércio Livre Norte-Americana* e do mercado comum da União Europeia, passando a ser a maior zona de comércio livre do mundo.

⁴ Ou seja, os quatro país fundadores, a saber: Brunei, Chile, Nova Zelândia e Singapura.

Ao nível da integração financeira na região Ásia-Pacífico, pela Iniciativa Chiang Mai, de 1998 foi sugerida a constituição de uma instituição denominada “ASEAN mais Três” na área da cooperação funcional como estabilização cambial e segurança de energia. Esta instituição tem conseguido resultados notórios em matérias financeiras e de mercado monetário regionais, especialmente por ocasião da crise financeira asiática de 1997 e do *tsunami* financeiro mundial de 2008, altura em que produziu as suas funções de estabilização dos mercados financeiro e cambial na região asiática. Nos termos da mesma Iniciativa, foram estabelecidos mecanismos bilaterais e de múltiplos níveis de troca de moedas para fazer face às emergências regionais decorrentes da eventual crise cambial, desempenhando funções preventivas de riscos financeiros regionais, pretendendo também criar um mercado comum do dólar asiático com base no mecanismo de cooperação financeira regional, no intuito de suprir as insuficiências do Fundo Monetário Internacional na ordem financeira internacional. Apesar na criação do mercado comum do dólar asiático, enfrentam-se problemas técnicos de diferentes níveis e desafios políticos; o alvo de constituir um mercado comum da região asiática merece a nossa apreciação.

Sintetizando, Macau é uma típica *mini-economia* de porto franco. Em termos de geografia, Macau situa-se numa extremidade do Oceano Pacífico Oeste e do *continente euro-asiático*. Na evolução histórica da economia regional, registou-se um período de prosperidade económica em Macau. No entanto, os factores subjectivos históricos e os factores objectivos da ordem *tendencial* determinam que a economia de Macau não se tem desenvolvido de forma notória. Embora detenha condições favoráveis para o comércio regional de trânsito em termos da história e das vantagens geográficas, Macau não tem uma mentalidade nem experiências de desenvolvimento. As vantagens de Macau têm vindo a ser perdidas em termos factuais e tendenciais. Assim, os territórios emergentes como Hong Kong e Taiwan ultrapassaram Macau em termos do desenvolvimento económico regional.

Não faltam académicos e economistas que sugerem uma cooperação regional entre os territórios situados no *Delta do Rio das Pérolas*, afirmando que deste mecanismo resultam novas oportunidades para o desenvolvimento económico de Macau. Neste sentido, Macau pode participar de modo activo nos planos de exploração conjunta nas cidades de Guangdong, como Hengqin (Ilha de S. João) e Nanhai. Em 1 de Janeiro

de 2004, foi assinado entre o Interior da China e Macau o “*Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais*” (CEPA). A entrada em vigor deste deu início à concessão de visto individual para turistas provenientes da RPC e à abolição das *barreiras tarifárias*. Graças a estas medidas e às acções vocacionadas para a cooperação regional, a economia e o comércio regional do Delta do Rio das Pérolas tem vindo a ser alargados em todos os vectores. O *Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau*, que entrou em funcionamento após 2004, é o veículo principal da cooperação económico-comercial entre Guangdong e Macau. As indústrias principais previstas para a Zona Transfronteiriça são as *indústrias transformadoras* para a exportação de tecidos e vestuário de alto valor acrescentado e indústrias de manufactura tais como fabrico de medicamentos e produtos electrónicos. Neste sentido, o *Parque Industrial Transfronteiriço* é considerado um meio para fazer face à falta de diversificação de indústrias em Macau, fazendo crescer as suas indústrias de manufactura para exportação. Por outro lado, ao Governo de Macau importa muito a cooperação económico-comercial Luso-Chinesa, através da Plataforma de Macau para a ligação e cooperação entre o Interior da China e os países lusófonos. Porém, o desenvolvimento e os frutos provenientes da cooperação Luso-Chinesa são reduzidos. *Tsoi Weng Kuan*, académico de Macau, apresentou as experiências do Luxemburgo – uma mini-economia europeia – na integração regional europeia para referência de Macau.⁵

No entanto, a entrada de Macau no palco do regionalização e da globalização pressupõe superar os problemas inerentes a “região” e a “integração”. A estratégia de desenvolvimento económico estabelecida por parte do Governo de Macau que importa o quadro estratégico da cooperação regional do Delta do Rio das Pérolas e da cooperação económico-comercial, não é a ideal. Na realidade, quer o Governo de Macau, que a comunidade de Macau, preferem a cooperação regional do Delta do Rio das Pérolas em virtude da sua proximidade geográfica; só que esta cooperação faz parte do campo económico da sub-regionalização. Porém, o nível da integração regional implica uma problemática muito mais vasta da natureza soberana e administrativa, sendo os seus efeitos económicos nitidamente diferentes da integração na região Ásia-Pacífico em termos

⁵ Tsoi Weng Kuan, “*Pequenas economias no contexto da integração regional: Inspirações para Macau com base nas experiências do Luxemburgo*”, Centro de Estudos de Macau, pág. 53 a 67.

da territorialidade e do nível. De uma maneira geral, o foco do desenvolvimento económico de Macau é colocado na cooperação com o Interior da China (no âmbito do CEPA ou cooperação ao nível provincial), omitindo, desde sempre, a ligação é relacionamento com as economias circunvizinhas de Macau, nomeadamente com a região da Ásia Sudeste, cujos produtos representam uma grande percentagem de importação de Macau.

Além disso, enquanto janela ou plataforma da República Popular da China para os países lusófonos, o desenvolvimento de Macau é algo previsível. O mercado dos países lusófonos e a cooperação internacional são condições favoráveis a efectivação das vantagens de Macau; porém estas vantagens e linha principal de desenvolvimento não são absolutas. Formulando um juízo segundo as realidades, as relações entre Macau e os países lusófonos, em termos de condições geográficas e do seu grau do desenvolvimento económico, entre outras, não são melhores do que o relacionamento e a integração económico-comercial entre Macau e a região Ásia-Pacífico. Considerando estratégias de desenvolvimento, Macau, enquanto uma mini-economia, tem que tratar com prioridade o seu posicionamento na região Ásia-Pacífico e na estratégia do mercado. Se bem que a cooperação regional no Delta do Rio das Pérolas e a cooperação Luso-Chinesa sejam favoráveis ao desenvolvimento económico de Macau, é de abandonar o mito estratégico – a ignorância do posicionamento de Macau na região da Ásia-Pacífico.

III. Posicionamento de Macau na integração económica da região Ásia-Pacífico: estratégias para evitar a sua marginalização

Na prática da integração económica regional, todas as economias, quer as gigantesas ou médias (como a República Popular da China, os Estados Unidos da América, o Japão...), quer as mini-economias (como o Brunei, Timor Leste...) actuam de modo activo nas matérias de integração regional, actualizando as suas indústrias e competitividade económica, com vista a evitar os riscos de serem marginalizadas. De facto, com a aceleração do ritmo da integração na região Ásia-Pacífico, Macau está cada vez mais marginalizada nesta região.

Nesta nova corrente de integração regional, poderá Macau aderir ao processo de integração económica na região Ásia-Pacífico? Em Macau, não

faltam pessoas que opinam que a integração económica na região Ásia-Pacífico não tem impacto evidente para Macau. Os seus argumentos são os seguintes: por um lado, Macau é um porto franco, de importação de mercadorias em geral, com excepção dos artigos luxos, não se sujeita ao direito aduaneiro; por outro, em Macau não existem indústrias de manufatura para exportação privilegiadas, ou seja, o grau de dependência do mercado de exportação é reduzido, assim a adesão ou não a um sistema regional de comércio livre tem grande importância. Muitas personalidades de Macau acham que a questão da intervenção ou não de Macau no processo de integração regional da Ásia-Pacífico não se coloca, uma vez que o comércio internacional não será afectado em virtude da baixa taxa de direitos aduaneiros em vigor e de que Macau não tem vantagens na exportação. No meu entender, estes dois pontos de vista reflectem exactamente a perda relativa de Macau na exportação internacional e na falta de competitividade em relação aos demais países. Só que, esses argumentos salientam também a falta de autoconfiança e a atitude passiva relativa ao desenvolvimento económico quer do Governo, quer da comunidade de Macau.

Para a economia de Macau que é relativamente livre e aberta, as *barreiras tarifárias* ao nível técnico e as políticas económicas ao nível operacional de que a regionalização económica ou integração da região Ásia-Pacífico cuidam, deixam de ser um instrumento económico que determina a entrada de Macau no mercado internacional ou regional. Pelo contrário, para além das desvantagens nas indústrias de manufatura para a exportação, as actividades produtivas no seio de Macau estão sujeitas às influências dos preços praticados nos mercados do exterior. Por outras palavras, a estrutura económica altamente dependente e as actividades produtivas de Macau estão condicionadas pelo exterior, o que salienta a vulnerabilidade da economia de Macau na sua globalidade. Enquanto está altamente dependente da importação do exterior (com excepção da do Interior da China e de Hong Kong), Macau ignora de certo modo as influências do desenvolvimento dos demais sistemas económicos da região em relação à sua própria economia.

Analisando da perspectiva da economia e do *modelo de opção racional*, o alto grau de dependência do Interior da China e de Hong Kong em matérias de comércio de bens e serviços constitui uma relação económico-comercial pouco apropriada. Para formular uma política racionalizada e segura, todos os governos optarão por evitar a monotonia económica e as

relações de alta dependência relativamente a uma determinada economia, preferindo um modelo de desenvolvimento económico diversificado e de alocação racionalizada. Se Macau optar por aderir ao processo de integração da região Ásia-Pacífico, para além de poder atenuar os riscos de “*colocar todos os ovos num só cesto*”, os recursos e o *custo de oportunidade* poderão ser transformados num instrumento para aprofundar as suas relações com as economias da região. Neste processo, os efeitos de integração dos mercados em causa e a circulação serão evidentes. Assim, a ligação entre Macau e a economia regional será intensificada, por um lado, a competitividade e valorização das indústrias no seio de Macau serão reforçadas com a produção no estrangeiro, tal como se referiu na secção anterior.

Caso surjam riscos económicos ou crise financeira mundial ou regional, como Macau pode actuar para fazer face às influências decorrentes da desordenação dos preços, dos riscos cambiais, do *decrescimento* das *exportações* e do decaimento económico resultantes da crise económica regional? Se Macau ficar fora do processo da integração económica da região Ásia-Pacífico, enfrentará, para além dos riscos de ser marginalizado, os impactos inerentes ao decaimento económico em relação aos sectores de turismo e jogo, bem como às indústrias a eles ligadas. E os problemas agudos de liquidez de moedas regionais decorrentes dos riscos financeiros porão em causa as indústrias de importação e exportação, agravando os *riscos dos preços* inerentes ao alto grau de dependência da importação de mercadorias provenientes do exterior. Assim, caso seja marginalizada, Macau perderá a sua iniciativa no desenvolvimento *económico-social* que passará a ser uma incerteza. Por outras palavras, as operações técnicas no âmbito das políticas de importação e exportação (*barreiras tarifárias, medidas de defesa comercial*) deixarão de funcionar de modo eficaz.

IV. Integração económica da região Ásia-Pacífico: integração de mercados de indústrias de Macau e a sua competitividade

Ao nível económico-comercial regional, entre Macau e os países da região da Ásia Sudeste existe um relacionamento económico estreito. De facto, os países da Ásia Sudeste têm um grande peso nos mercados de trabalho e de matérias primas de Macau. Do Mapa 1 (Trabalhadores não residentes nos finais do ano no mercado de trabalho de Macau) resulta que a mão-de-obra supre as necessidades de trabalho de certas indústrias

de Macau, tais como os sectores de jogos, hotelaria, restauração e de serviços complementares (por exemplo, serviços de segurança e domésticos). Relativamente ao comércio internacional de bens, Singapura é o principal exportador de combustíveis de petróleo de Macau; Tailândia, Malásia, Filipinas e Vietname são os principais exportadores de produtos agrícolas (cereais e pescado) de Macau. Além disso, do Mapa 2 (Visitantes a Macau provenientes da Ásia) verifica-se que os países da Ásia Sudeste são a fonte principal de turistas de Macau e destinos predominantes das linhas de aviação civil do Aeroporto Internacional de Macau. Verifica-se assim que as relações de dependência entre Macau e os países da Ásia Sudeste se estabelecem na base “região – Macau”.

Território/País	2009	2010	2011
Interior da China	41.461	41.895	55.373
Filipinas	10.788	11.423	13.375
Vietname	6.562	7.462	8.116
Hong Kong	5.826	4.915	5.945
Indonésia	3.793	4.199	4.293
Outros	6.475	5.919	6.926
Total	74.905	75.813	94.028

Fonte: Macau em Números 2012 - Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da Região Administrativa Especial de Macau

Mapa 1 - Trabalhadores não residentes nos finais do ano no mercado de trabalho de Macau

Território/País	2009	2010	2011
Interior da China	10.990.000	13.229.000	16.163.000
Com visto individual	4.810.000	5.486.000	6.589.000
Hong Kong, China	6.728.000	7.466.000	7.583.000
Taiwan, China	1.293.000	1.293.000	1.215.000
Japão	379.000	414.000	396.000
Malásia	333.000	338.000	325.000
Filipinas	248.000	248.000	269.000
República de Coreia	205.000	332.000	399.000

Território/País	2009	2010	2011
Singapura	257.000	257.000	281.000
Outros	655.000	697.000	658.000
Total	21.085.000	24.273.000	27.287.000

Fonte: Macau em Números 2012 - Direcção dos Serviços de Estatística e Censos da Região Administrativa Especial de Macau

Do Mapa 2 - Visitantes a Macau provenientes da Ásia

Ao nível do comércio internacional, Macau aderiu em 1996 à Organização Mundial do Comércio (OMC), estatuto que foi confirmado após a transição da soberania, com o nome alterado para “Macau, China”. Muito embora Macau seja membro da OMC, o seu papel e as suas funções no comércio internacional em nada são notórios. Isto é devido ao facto de o desenvolvimento industrial estar condicionado à sua pequena dimensão económica. No entanto, o seu sistema económico livre inerente a porto franco e baixa taxa de impostos não contribui para atrair investimentos directos do exterior para desenvolver o comércio internacional. No que diz respeito às indústrias de manufactura para exportação, as receitas da exportação internacional provêm essencialmente do fabrico de vestuário e malhas e da respectiva protecção pela medida de quotas de exportação (da União Europeia).

De harmonia com o relatório da OMC (ver o Mapa 3 – Exportação mundial de mercadorias segundo territórios e economias 2001 a 2011), a exportação de mercadorias da maioria das economias asiáticas regista um crescimento contínuo. Os dados estatísticos do mesmo relatório demonstram que a exportação de mercadorias de Macau e o valor da exportação de mercadorias de Macau desceu de 2,3 biliões USD para 0,869 biliões USD. Em termos da exportação no seio da região, Macau era o único território onde se registava um decréscimo, em contrapartida, o crescimento registado nas restantes mini-economias (como Laos e Camboja) era superior ao de Macau. Entretanto, o aumento contínuo dos *custos do trabalho* e dos demais custos de produção determinaram a decadência das indústrias de manufactura para exportação. Isto é um sinal económico que salienta as desvantagens de Macau no sector da reexportação e das indústrias transformadoras e na corrente das indústrias de alto valor acrescentado. Formulando um juízo de acordo com as tendências da evolução

das indústrias de manufactura para exportação e para consumo interno, a estratégia da exportação de *indústrias culturais e criativas* que o Governo da RAEM fomenta de modo enérgico enfrentará desafios severos. Por outras palavras, no decurso da integração económica regional nos territórios circunvizinhos, Macau perdeu a sua competitividade na exportação de mercadorias, o que reflecte as *preocupações latentes* subjacentes às linhas de desenvolvimento económico e à estrutura das indústrias no seio de Macau.

Economia	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
RPC	266098	325596	438228	593326	761953	968978	1220456	1430693	1201612	1577824	1898381
Japão	403496	416726	471817	565675	594941	646725	714327	781412	580719	769839	822564
República de Coreia	150439	162471	193817	253845	284419	325465	371489	422007	363534	466384	552114
Hong Kong, China	191066	201928	228708	265543	292119	322669	349386	370242	329422	400692	455650
Exportação doméstica	20273	18328	19591	19978	20050	22765	18109	16958	16839	14798	16832
reexportação	170793	183600	209117	245565	272069	299904	331276	353284	312583	385894	438818
Taipe Chinês	125900	135080	150298	182432	198432	224017	246677	255629	203675	274601	308257
Macau, China	2300	2356	2581	2812	2476	2557	2543	1997	961	870	869
Singapura	121751	125177	159902	198637	229649	271807	299308	338176	269832	351867	409503
Exportação doméstica	66172	66836	86419	106663	124546	143176	156038	175702	138064	182726	223913
reexportação	55579	58341	73483	91974	105103	128631	143270	162474	131769	169141	185590
Malásia	88005	94058	104705	126511	140980	160676	176211	199516	157433	198612	226990
Tailândia	64968	68108	80324	96248	110936	129722	153867	177778	152422	195314	228822
Indonésia	57361	59166	64108	70767	86996	103527	118013	139606	119646	158075	200587
Vietname	15029	16706	20149	26485	32442	39826	48561	62685	57096	72237	96906
Filipinas	32664	35208	36231	39681	41255	47410	50466	49078	38436	51496	48305
Brunei Darussalam	3640	3702	4421	5057	6249	7636	7668	10319	7200	8907	12440
Birmânia	2381	3046	2483	2380	3813	4589	6338	6937	6710	8749	9330
Camboja	1500	1923	2118	2798	3092	3692	4088	4708	4196	5143	6950
Laos	320	301	335	363	553	882	923	1092	1053	1746	2400
Timor-Leste	-	-	8	7	8	8	8	13	8	17	20

Fonte: «Estatísticas do Comércio Internacional de 2012», Organização Mundial de Comércio.

Mapa 3 – Exportação mundial de mercadorias segundo territórios e economias 2001 a 2011 (em milhões de USD)

A abolição do monopólio da exploração de jogos em 2003 tem agravado de modo acelerado o desequilíbrio do desenvolvimento económico, tornando o sector de jogos uma indústria predominante. Muito embora a indústria de jogos tenha determinado o crescimento do produto interno bruto e o rendimento *per capita* de Macau, este fenómeno demonstra que os riscos económicos decorrentes do grau de dependência do sector de jogos estão a aumentar. O desenvolvimento das quatro principais indústrias de Macau (a saber, jogos e turismo, finanças, propriedade imóvel e construção) está altamente dependente dos territórios circunvizinhos. Assim, torna-se necessário saber quais as vantagens e desvantagens das indústrias de Macau. De entre as indústrias de Macau, as desvantagens das indústrias de manufactura são um problema irremediável de momento, uma vez que elas estão condicionadas pelos custos do trabalho, das matérias primas, da tecnologia e demais factores de produção.

No contexto da integração regional, Macau deve focar-se no mercado de serviços, nomeadamente no mercado combinado das indústrias de alto valor acrescentado, do turismo e dos jogos. Como o turismo é a indústria predominante do sector de serviços de Macau, a conjugação dos mercados de aviação civil, venda a retalho e hotelaria torna-se especialmente relevante. Como demonstram os dados constantes do «Comércio Internacional de 2012» publicados pela Organização Mundial de Comércio (ver o Mapa 4 – Principais Exportações de Turismo Mundial), Macau passou a ser, em 2011, o quarto exportador de turismo a nível mundial, substituindo a Austrália, sendo os primeiros três exportadores a União Europeia, os Estados Unidos da América e a República Popular da China. O valor de exportação do turismo de Macau era 38,5 biliões USD, representado 1,1% do valor total do mercado mundial do exportação de turismo ou 3,6% do crescimento anual. A isto relacionado, o desenvolvimento do sector de jogos de Macau é essencialmente devido à predominância na região em que ele situa.

Exportador	Valor (biliões de USD)	Peso	Percentagem Anual	
	2011	2005	2011	2005-11
União Europeia (27)	377,1	42,5	35,3	4
Extra-UE (27) Exportação	117,9	11,8	11,0	6

Exportador	Valor (biliões de USD)	Peso	Percentagem Anual	
	2011	2005	2011	2005-11
Estados Unidos de América	149,6	15,3	14,9	6
República Popular da China	48,5	4,2	4,5	9
Macau, China	38,5	1,1	3,6	30
Austrália	31,4	2,4	2,9	11
Hong Kong, China	27,7	1,5	2,6	18
Tailândia	26,7	1,4	2,5	19
Turquia	22,7	2,6	2,1	4
Singapura	19,1	0,9	1,8	21
Malásia	18,2	1,3	1,7	13
Suíça	17,7	1,4	1,7	10
Índia	17,5	1,1	1,6	15
Canadá	16,7	2,0	1,6	3
Coreia	12,3	0,8	1,2	13
México	11,9	1,7	1,1	0
Total das 15 economias acima referidas	835,0	80,3	78,3	--

Fonte: «Estatística do Comércio Internacional de 2012», Organização Mundial de Comércio

Mapa 4 – Principais Exportações de Turismo Mundial segundo Economias

Embora o produto do turismo de Macau esteja cada vez mais elevado contribuindo muito para a economia, existem ainda imperfeições no desenvolvimento industrial que põem em causa o objectivo de ser uma “cidade turística mundial”, estabelecido por parte do Governo de Macau. Dos dados constantes do Mapa 4 podemos descobrir alguns indícios relativos especialmente ao facto de o crescimento das exportações de turismo de Macau e de Hong Kong ser devido à política de concessão de vistos individuais posta em prática pelo Governo Central da República Popular da China. Em relação ao crescimento do produto das exportações de turismo de Macau, verifica-se que mais do que metade é contribuído pelo sector de jogos, o que salienta que a economia está excessivamente dependente da procura da população do Interior da China e das necessidades políticas do Governo Central. No entanto, esta relação de dependência

não satisfaz o pressuposto da interdependência que a integração regional pretende, enquanto a esta dependência unilateral subjazem riscos potenciais graves.

A seguir, procedemos a uma abordagem sobre a competitividade económica de Macau. Segundo o «Relatório sobre as Cidades do Mundo 2011-2012», Macau é a 79.^a Classificada nesta matéria. Um outro relatório intitulado «Livro Azul sobre a Competitividade das Cidades da RPC 2013: Novos Padrões: Construção de Cidades Ideais e Sustentáveis com Competitividade», refere que a ordem decrescente das cidades com primeiros dez melhores índices de competitividade económica integrada é: Hong Kong, Shenzhen, Shanghai, Taipé, Cantão, Pequim, Suzhou, Foshan, Tianjin e Macau.⁶ Ni Pengfei, da Secção de Estudos das Finanças, Comércio e Economia do Instituto de Ciências Sociais da República Popular da China, chegou a apresentar várias sugestões para promover a competitividade de Macau: 1.^a A passagem de um crescimento externo, economia externa, para um crescimento interno; 2.^a Da dependência de uma privilegiada situação regional, para um desenvolvimento, baseado em inovações técnicas e tecnológicas; 3.^a Da introdução de recursos humanos de baixa qualidade, à importação de recursos humanos de alta qualidade; 4.^a De um desenvolvimento mono-orgânico, para um modelo económico integrado; 5.^a De uma estrutura bipolar onde coexistem a tradição e a modernidade, para uma sociedade civil moderna.⁷

Se bem que o referido relatório refira que Macau é bastante competitiva em relação a outras cidades, as análises feitas pelo autor relativas à estrutura industrial e às indústrias para importação e exportação demonstram que em Macau há falta de vontade competitiva ao nível da economia regional e ao nível interno. Julgamos que os problemas essenciais de Macau no seio da sua competitividade não se limitam à cooperação regional entre “Macau e o Interior da China”. Embora a mentalidade e o pressuposto de “abertura ao Mundo com as costas protegidas pela Pátria” possam criar oportunidades para a resolução das dificuldades que se

⁶ Jornal Wenweipo de Hong Kong, “Competitividade das cidades da República Popular da China: Hong Kong, Shenzhen e Shanghai são as primeiras classificadas”, 19 de Maio de 2013. <http://news.wenweipo.com/2013/05/19/IN1305190042.htm>

⁷ Ni Pengfei e Jiang Xuemei, “Relatório da competitividade internacional de Macau de entre as cidades”, Pequim, Editora de Documentação de Ciências Sociais, Dezembro de 2009, pág. 49 e 50.

encontram no desenvolvimento económico de Macau, deles decorre o dilema de segurança na economia ao nível do ambiente da macroeconomia e do desenvolvimento económico. Quer isto dizer que Macau tem que abandonar a mentalidade de regionalismo e dependência subjacente ao quadro de “Macau e o Interior da China”. Se bem que as necessidades da política económica do Governo Central sejam uma certa promessa ou garantia política para o desenvolvimento da RAEM, as mesmas sujeitar-se-ão a eventual ajustamento ou alteração. Se isto acontecer, a economia de Macau é já monótona ou altamente dependente das necessidades do Interior da China e enfrentará riscos económicos.

Em seguida, procedemos a uma abordagem ao tema relativo à competitividade económica de Macau em três diferente níveis, a saber: a competição mundial, a regional e a local. Antes de mais, o Governo da RAEM tem que identificar de modo claro qual o papel e qual o posicionamento a adoptar na tendência da globalização. A final de contas, qual o papel e quais os funções que Macau pretende desempenhar nos sistemas globais comercial e financeiro? Com a abolição da exploração dos jogos, Macau consegue atrair investimentos directos provenientes dos principais países do Mundo, porém os seus efeitos económicos reais para Macau são o surgimento dos problemas atrás referidos da monotonia da estrutura económica. Numa outra perspectiva “aberta”, o modo como pode aplicar racionalmente os proveitos económicos (incluindo os decorrentes dos impostos directos de jogos da RAEM) é algo que o Governo da RAEM e todos os sectores têm que ter em consideração. Há muitos exemplos que demonstram que os países ou economias (tais como Singapura e Hong Kong) aplicam os proveitos económicos derivados dos investimentos directos estrangeiros para promover a competitividade da sua economia local e no mercado internacional. Estes países ou economias aplicam os proveitos e excedentes financeiros decorrentes dos investimentos directos estrangeiros para constituir determinadas sociedades de investimento (por exemplo, fundos de riqueza soberana⁸), com o objectivo de criar condi-

⁸ Segundo definição feita pelos EUA, entende-se por fundo de riqueza soberana, a instituição nacional de investimento que tem por objectivo o investimento em propriedades financeiras, obrigações, imóveis ou demais instrumentos ou activos financeiros que compõem a reserva cambial. Até ao momento, os capitais dos fundos de riqueza soberana provêm em regra dos excedentes de exportação de recursos naturais nacionais ou de bens e serviços. Como o investimento estrangeiro dos fundos de riqueza soberana não é objecto essencial do presente artigo, não procedemos aqui a debates e análises alongadas.

ções favoráveis à exploração no mercado internacional ou à produção no estrangeiro. Trata-se de um modo de mutação que introduz a “concorrência exógena” na “concorrência endógena” em Macau, através de uma tensão “do interior para o exterior” (ou seja, através do meio de produção ou investimento no estrangeiro), com vista a elevar a competitividade das indústrias locais.

Por outro lado, no momento actual em que enfrenta a tendência da integração económica na região Ásia-Pacífico, Macau tem que formular um conjunto de contramedidas para responder à conjuntura decorrente do desenvolvimento da economia regional. Em termos da estrutura económica e das condições de desenvolvimento económico, Macau não tem, na realidade, muita competitividade em relação às outras economias da região Ásia-Pacífico, mas é excessivamente auto-confiante (ou tem uma mente fechada) no seu modo de desenvolvimento. No corrente processo da integração comercial e financeiro na região Ásia-Pacífico, o comércio de importação e exportação de Macau e a liquidez da pataca no mercado internacional são temáticas que merecem a atenção de todos os sectores de Macau. No entanto, no contexto de que as indústrias financeiras e a exportação de serviços estão sistematicamente condicionadas pelo Interior da China e Hong Kong, Macau não pode deixar de ter uma medida ou um espaço de actuação autónoma e a sua iniciativa. Nesta ocasião da integração na região Ásia-Pacífico em curso, Macau pode procurar, de modo activo, aderir ao processo de integração económica da região no uso das suas condições políticas de alto grau de autonomia. Em seguida, Macau também pode tentar proceder à integração no mercado do turismo, de trabalho e no sector dos serviços de alto valor acrescentado da região Ásia-Pacífico. O mercado do turismo e o sector dos serviços de alto valor acrescentado podem, de facto, contribuir para reforçar o relacionamento económico internacional de Macau, nomeadamente através da abertura de mais linhas internacionais de aviação civil no sector do turismo, que incitará a expansão das indústrias adjacentes, tais como a hotelaria, a venda a retalho, bem como o sector conferências e exposições. Embora a sua indústria de jogos seja competitiva a nível mundial, é sempre indispensável um estudo que dê respostas às tendências do desenvolvimento da indústria de jogos nos países emergentes da região. Pois, o desenvolvimento da indústria de jogos nestes países significa que os competidores existentes e potenciais se tornam mais competitivos. Em face disso, o que Macau pode fazer para dar respostas a estas tendências da regionalização do mercado? Além disso, embora Macau esteja relativamente privilegiada na

cooperação regional do Delta do Rio das Pérolas neste momento, o que não pode ignorar é a tendência da transferência de indústrias do Delta do Rio das Pérolas para as zonas oestes. Quando esta acontecer, Zhuhai, Zhongshan e demais cidades em desenvolvimento passarão a ser concorrentes regionais de Macau que enfrentará riscos de ser marginalizado.

Entende-se por concorrência local aquela entre as indústrias no seio da estrutura económica de Macau. Embora esteja em prática um sistema económico livre, o mecanismo de mercado, ou seja “uma mão invisível (o preço)” de Macau já se encontra desde cedo e de certo modo sob controlo de determinadas forças monopolistas. A título exemplificativo, determinadas grandes empresas dos sectores da propriedade imóvel e da importação de matérias primas detêm certas influências na fixação de preços praticados nos respectivos mercados, o que constitui certas barreiras nos mesmos mercados, pondo em causa as condições de exploração e livre concorrência em determinadas indústrias de Macau. Em Macau, não existe um mercado de livre concorrência resultante da economia de escala eficiente, em virtude da sua pequena dimensão.

No contexto do desenvolvimento excessivo do sector dos jogos na estrutura industrial de Macau, o sector de manufactura local de Macau para exportação está em decadência, dando lugar aos sectores financeiro, de construção e de venda a retalho. Como estes sectores estão permanentemente condicionados, no âmbito da cadeia de oferta, por instituições financeiras e empresas de capitais do Interior da China e de Hong Kong, o turismo é a única indústria em que as empresas locais de Macau podem actuar de modo autónomo. Com a abolição do monopólio da exploração dos jogos, as concorrências introduzidas com a entrada de investimentos estrangeiros têm provocado a actualização de algumas indústrias de Macau, nomeadamente das dos serviços e da restauração. Para além disso, em virtude da concentração de recursos humanos em determinados sectores, não há indústrias que os possam substituir ou possam suprir as deficiências dos sistemas globais económicos de Macau e descentralizar os seus riscos. O desenvolvimento económico e a situação de emprego não contribuem para manter os quadros qualificados, nomeadamente os de investigação tecnológica e administradores superiores. Nesta linha de conta, em matéria da promoção da competitividade económica de Macau, para além de fomentar a concorrência endógena, o Governo da RAEM deve promover com prudência o aperfeiçoamento do ambiente interior de exploração comercial e a formação de quadros qualificados de Macau.

V. Tomar como referências as experiências das mini-economias na integração regional: a “abertura e iniciativa” de Singapura e de Hong Kong

As experiências económicas e linhas de desenvolvimento económico de êxito dos países ou territórios (como Singapura e Hong Kong) na integração regional fundam-se na região da Ásia-Pacífico, cujo âmbito territorial é muito mais vasto. Segundo as experiências de Hong Kong e de Singapura, a adesão à regionalização das economias da região é vantajosa para o futuro desenvolvimento económico de Macau. As acções feitas e os resultados obtidos por Hong Kong e Singapura na integração servem de exemplo para Macau. Um aspecto comum entre Hong Kong e Singapura é a falta de terrenos e de recursos. Como é bem sabido, as suas indústrias de manufactura são relativamente desvantajosas no contexto da integração económica, eles optaram por desenvolver o sector de reexportação e as indústrias transformadoras e de serviços financeiros de alto valor acrescentado em detrimento das indústrias de manufactura, com vista a maximizar as suas vantagens de porto franco e do bom ambiente para a exploração comercial. A seguir, procedemos ao estudo das acções que Macau deve tomar no processo de integração na região Ásia-Pacífico através de dois modos de pensamento. Antes de mais, uma atitude positiva é o pressuposto para que uma sociedade possa desenvolver-se de modo contínuo e perpétuo, enquanto a adesão ao processo de integração económica com uma atitude positiva em nome de “Macau, China” é necessária.

Tomando como referência o caso de Singapura, o seu Governo estabeleceu as suas políticas económicas no sentido de fortalecer o funcionamento do mercado livre e de se “orientar para o exterior”. Em virtude da estagnação das negociações multilaterais no âmbito da OMC, Singapura passou a prestar maior atenção às relações bilaterais em vez das multilaterais, investindo de forma positiva na integração económica regional. Assim, Singapura é um dos países do Mundo e o país da Ásia que assinam mais acordos de livre comércio: até ao momento, foram assinados 20 acordos, dos quais 18 entraram em vigor. Singapura é muito enérgica em matéria de integração económica regional: não só participa na integração na sua qualidade de membro da ASEAN, mas sim assina individualmente e com uma atitude animada, acordos bilaterais com outros países.⁹

⁹ Liu Danian, “*Generalidades da integração económica regional de Singapura*”, in bi-mensário “*Perspectivação Económica*”, número 131, ano 2010.

No momento, Singapura promove de modo enérgico a Comunidade Económica da ASEAN que procura a integração os mercados e fortalece a integração regional. Assim, as linhas e políticas de Singapura são bem claras, isto é, proceder de forma estratégica e sistematizada à abertura ao exterior e à integração regional. A par de apostar na integração económico regional, Singapura tem avançado em procurar mercados estrangeiros económico-comerciais, apresentando uma tese de “hinterlândia económica de raio de 7 horas de voo”, política segundo a qual os países que se situam no alcance de 7 horas de voo a partir de Singapura – incluindo a República Popular da China, a Coreia do Sul, a Índia e a Austrália, entre outros – são considerados sua hinterlândia e potenciais parceiros de comércio livre, com vista a alargar os contactos económicos. Como não há agricultura em Singapura, não existem muitos obstáculos neste campo, o que é favorável à constituição de alianças com outros países. No entanto, a atitude “enérgica” tomada pelo Governo de Singapura é no fundo o factor mais essencial do sucesso de Singapura no âmbito da integração regional. Esta atitude enérgica do Governo e a abertura da economia de Singapura favorece a introdução de tecnologia e recursos da parte de sociedades transnacionais, o que não só contribui para manter a competitividade das empresas locais, mas também beneficia o consumidor na redução dos preços.

Com a evolução da integração económica na região Ásia-Pacífico, Hong Kong começou a ter uma consciência de crise; assim, a sua atitude em relação à integração económica regional passou a ser activa. A partir de 2012, Hong Kong começou a pensar em negociar com a ASEAN, com vista à assinatura de um acordo de cooperação económica. Esta iniciativa mereceu o acordo e apoio do Ministério de Comércio do Interior da China. E o Governo Central do Interior da China, por sua vez, também apoia Hong Kong nas matérias de cooperação internacional e regional de forma expressa, no Décimo Segundo *Plano Quinquenal*, onde salienta que o auxílio na cooperação entre Hong Kong e a região da Ásia Oriental, bem como o estudo da possibilidade da adesão de Hong Kong à Zona de Comércio Livre da *Associação das Nações do Sudeste Asiático* são acções prioritárias. Estas medidas serão favoráveis à manutenção e até à elevação do estatuto internacional de Hong Kong, bem como ao “*desenvolvimento no exterior*” das empresas do Interior da China aliadas às de Hong Kong, promovendo estas últimas como parceiros importantes das primeiras no processo da sua internacionalização, bem como à exploração

dos mercados internacionais de investimento e da infra-estruturas através da constituição de *joint-ventures*, candidatura e empreitada conjunta. Hong Kong, enquanto porta para entrar e sair do Interior da China, tem as suas vantagens geográficas que são a proximidade da Ásia Sudeste, facto que é favorável à formação de uma plataforma económica.

Segundo um relatório de avaliação feito pelo Instituto Asiático de Estratégia e Liderança, da Malásia, a adesão de Hong Kong à Zona de Comércio Livre ASEAN-China não só é favorável ao crescimento do comércio em trânsito de Hong Kong, mas também acelera a exploração de maiores espaços pelo sector de serviços especializados de Hong Kong. Numa zona de livre comércio onde não há direito aduaneiro, o valor do comércio vai aumentar, o que é favorável à consolidação do estatuto de Hong Kong enquanto centro de comércio e navegação.¹⁰ No período compreendido entre 2007 e 2011, o crescimento anual do comércio bilateral entre Hong Kong e ASEAN aumentou 7% em média, enquanto 5 dos 10 membros da ASEAN são os primeiros 20 parceiros comerciais de Hong Kong.

Embora seja apenas uma região especial da República Popular da China, Hong Kong é uma economia autónoma e uma importante faixa de transacção financeira de nível mundial. O eventual estabelecimento de uma relação de cooperação económica mais estreita é favorável a tornar Hong Kong numa plataforma para atenuar as contradições entre o Interior da China e os países membros da ASEAN e para reforçar as operações entre os mesmos. Uma vez aderido à Zona de Comércio Livre ASEAN-China, Hong Kong pode, com os seus serviços complementares de comércio de qualidade internacionalmente reconhecida, contribuir para os sectores financeiro, de serviços profissionais, de tecnologia de informática e de comunicação, hotelaria e propriedade imóvel dos países da ASEAN. Além disso, é de prever que as empresas do Interior da China listadas na Bolsa de Hong Kong venham a aumentar os seus investimentos na ASEAN; assim, as oportunidades de investimentos directos e financiamento serão multiplicadas, oferecendo mais empregos aos países da ASEAN. O Governo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, por sua vez, tem tomado uma atitude aberta em relação à integração na

¹⁰ Jornal Wenweipo de Hong Kong, “A adesão de Hong Kong à Zona de Comércio Livre ASEAN-China é favorável ao desenvolvimento económica recíproco da região”, 5 de Setembro de 2012. <http://paper.wenweipo.com/2012/09/05/PL1209050006.htm>

região Ásia-Pacífico no âmbito do Acordo de *Parceria Trans-Pacífico*.¹¹ As autoridades dos Estados Unidos de América apelaram várias vezes a Hong Kong para aderir ao Acordo de *Parceria Trans-Pacífico* de que os EUA são o maior promotor.¹² Neste sentido, na ocasião em que está em curso a integração económica da região Ásia-Pacífico, o papel que Hong Kong desempenha nos assuntos económicos da região Ásia-Pacífico é bem notório e é favorável à complementaridade e ganha-ganha de Hong Kong e da Região da Ásia-Pacífico.

Até ao momento, Macau é altamente autónomo ao nível económico, o que justifica que Macau possa envidar esforços em aderir ao processo de integração económico regional. Como o Governo da RAEM muito bem sabe, o desenvolvimento económico de Macau está condicionado por um conjunto de factores e que, segundo as tendências da integração económica regional, está a correr a integração regional no âmbito comercial (eliminação de barreiras aduaneiras, constituição de mercado comum e mecanismos para defender os riscos financeiros e a união monetária) de que Macau fica fora. No futuro, a macroeconomia da região e o desenvolvimento económico de Macau serão directamente condicionados pela evolução da mesma integração. Caso Macau adira ao processo da integração económica da região Ásia-Pacífico, com a anuência do Governo Central da RPC, os riscos económicos e a crise de ser marginalizada poderão ser atenuados.

Não existem, de facto e ao nível operacional, problemas difíceis para que Macau participe no processo de integração económica regional na qualidade de “Macau, China”. O que merece mais atenção é saber que condições favoráveis e vantagens a integração económica regional poderá criar para “Macau, China”. No processo de integração económica regio-

¹¹ Televisão de Cabo de Hong Kong, “Donald Tsang tem uma atitude aberta relativa à adesão ao Acordo de *Parceria Trans-Pacífico*”, 14 de Novembro de 2011. http://cable-news.i-cable.com/webapps/news_video/index.php?news_id=371678

¹² Para mais pormenores, ver: Sítio Hexun, “Artigo de Huaifu: Ministério do Comércio dos EUA diz que a participação de Hong Kong no Acordo de *Parceria Trans-Pacífico* é bem vindo”, 18 de Outubro de 2011. <http://stock.hexun.com/2011-10-18/134322601.html>; Sítio *China Review News*, “Stephen M. Young, Cônsul General dos EUA em Hong Kong: os EUA apoiam “um país, dois sistemas”, apelando a Hong Kong para aderir ao Acordo de *Parceria Trans-Pacífico*”, 4 de Maio de 2012, <http://www.chinareviewnews.com/doc/1020/9/6/1/102096175.html?coluid=7&kindid=0&docid=102096175>.

nal, Macau encontrará sempre obstáculos e desafios. Só que, esta integração será, a longo prazo, benéfica para que Macau encontre novas oportunidades na cooperação económico-comercial e uma visão de desenvolvimento perpétuo. Macau, com a garantia de alto grau de autonomia na política “um país, dois sistemas”, deve tomar uma atitude “aberta” para fazer face à integração na região Ásia-Pacífico. A independência e a autonomia da economia constituem uma motivação para o desenvolvimento perpétuo *económico-social* de Macau e um privilégio de Macau na economia regional. Nesta ocasião em que tem em mão um grande montante de excedentes de divisas, Macau deve aplicar uma parte destes excedentes para investir no estrangeiro, no sentido de consolidar os seus mercados, investir e produzir na região Ásia-Pacífico. Macau pode gozar dos proveitos económicos resultantes da produção no exterior, bem como fazer estreitar, na qualidade de “Macau, China”, as relações político-económicas entre a RPC e a região, o que fará sentido e terá efeitos positivos ao nível da política internacional e é favorável à criação de condições político-económicas multipolares e amigáveis para a RPC e “Macau, China”, activando a sua influência e papel específico.

VI. Conclusão

A integração económica da região Ásia-Pacífico é essencialmente motivada pelos factores de mercado, factores que põem em causa as externalidades da economia de Macau nos aspectos do desenvolvimento e da competitividade das suas indústrias. Na perspectiva do desenvolvimento económico mundial, regional e local, qualquer integração económica regional é positiva para o desenvolvimento perpétuo da economia e da sociedade de Macau. Nesta nova corrente de integração na região Ásia-Pacífico (quer no âmbito da Zona de Comércio Livre ASEAN-China, quer no do Acordo de *Parceria Trans-Pacífico*, quer no do *Acordo de Parceria Económica Abrangente*), Macau enfrentará riscos de ser marginalizada, caso não tome uma atitude “aberta” ou não actue de forma “enérgica”. No caso de ser marginalizada, o desenvolvimento global sócio-económico de Macau passará a ser “passivo”, em vez de “activo”. Por outras palavras, as operações técnicas no âmbito das políticas de importação e exportação (*barreiras tarifárias, medidas de defesa comercial*) deixarão de funcionar de modo eficaz. Assim, Macau passará a ser o último tomador do mercado económico regional, o que põe em causa os mercados e a economia de Macau e, a final de contas, os seus consumidores serão prejudicados. Sob

o pressuposto de obter a anuência do Governo Central da RPC, a participação de Macau na integração regional na qualidade de “Macau, China” contribuirá para prevenir a crise de ser marginalizada, criando mais frutos políticos e económicos que satisfaçam os “interesses do País”, em conformidade com a estratégia do “desenvolvimento no exterior” estabelecida pelo Governo Central.

